

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Ultima Hora*

Class.: 185

Data: 04.09.90

Pg.: _____

Funai vai fortalecer 342 postos em áreas indígenas

Malária está matando ianomamis

O fortalecimento dos 342 postos localizados nas reservas indígenas de todo o País — através principalmente de uma melhor distribuição dos recursos humanos —, evitando assim a evasão dos índios para a cidade, é a meta prioritária do novo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Cantídio Guerreiro Guimarães, que promete ainda agilizar a já tão anunciada demarcação das terras indígenas, além da implantação de projetos de atividades produtivas, visando a melhorar a qualidade da alimentação do índio.

Pautando como pontos básicos para o trabalho que pretende realizar mais educação e mais saúde para as comunidades indígenas, Cantídio Guimarães começa, ainda este mês, a reativar um programa de ação especial de saúde, criado em 1987 e interrompido no ano passado pela administração anterior da Funai sob a alegação de falta de recursos. O trabalho, feito em integração com a Força Aérea Brasileira, Governos do Estado e Município, Sucam e Universidade do Pará, vai levar assistência médica, inicialmente, à reserva dos ianomamis, em Roraima, beneficiando cerca de 9 mil indígenas que sofrem de doenças como malária e gastroenterite.

A ação na área dos ianomamis vai contar com a participação de duas equipes de 14 pessoas, entre médicos, dentistas, auxiliares de enfermagem e laboratoristas que permanecerão na região por um período previsto de três meses, realizando o que o próprio presidente da Funai classificou de "função de sacrifício". Em seguida, o programa será estendido às reservas de Macuxi, também em Roraima, com uma população de 1.500 índios, de Aripuanã, localizada no Pará, com 1.700 indígenas, e Envira, no Acre, que reúne 300 indígenas. Só para a ação especial no território dos ianomamis, a verba, já liberada pelo Governo, é da ordem de Cr\$ 150 milhões.

FORTELECIMENTO

O último levantamento da Funai, realizado no ano passado, re-



O presidente da Funai conhece os índios desde 1961



Cantídio Guerreiro Guimarães

velou a existência de cerca de 230 mil índios distribuídos pelas reservas de todo o País, além de 82 grupos isolados. Ao todo a Fundação conta, atualmente, com 4 mil funcionários, destes, 530 lotados em Brasília, 1.300 nas seis superintendências regionais e o restante distribuído entre as 40 administrações regionais e os 342 postos instalados nas comunidades indígenas.

Essa estrutura mal-organizada, segundo Cantídio Guimarães, reflete os 20 anos de existência da Funai, "onde muita coisa deixou de ser feita". Agora, essa estrutura vai ser modificada através de um projeto praticamente aprovado pelo Governo federal, que pre-

ve o fortalecimento dos postos, que se tornam assim, a base do organograma da empresa. Cantídio Guimarães assinalou que, para o atendimento adequado aos índios, seria necessário não menos que um total de 2.500 funcionários distribuídos pelos postos da Funai, mas a capacidade atual supre apenas 40% da necessidade. "A empresa tem mais pessoal técnico-administrativo do que de campo, e vamos reverter esse quadro", acrescentou.

VIDE - VERSO



A Índia ianomami ainda pode ser salva

saram dois anos desde então e a demarcação está em atraso. Mas existem outros problemas encontrados pela atual administração da Funai, como, por exemplo, a permanência de cinco mil garimpeiros nas terras dos ianomamis e a descoberta de que, das 14 pistas clandestinas destruídas, quatro já foram recuperadas. O presidente da Funai pretende resolver essa questão com uma nova estratégia, que consiste na ocupação permanente da área após a demolição das pistas. Uma das alternativas

seria, segundo ele, trabalhar a terra, tornando-a mais produtiva e garantindo assim uma melhoria na alimentação do índio.

Mas o principal problema enfrentado pelos índios é mesmo na área de saúde, conforme frisou Cândido Guimarães. "Sem saúde, o índio não precisa de terra, nem de educação. Política indígena não tem que ser inventada. Todo mundo sabe o que tem que ser feito. Já chega de conversa fiada", finalizou o presidente da Funai.

A nova Constituição do País, promulgada em 1988, estabeleceu um prazo de cinco anos para a demarcação das terras indígenas, que equivalem a nove por cento da área total do Brasil. Já se pas-